



Artigo

Entre a cruz e a educação: a liberdade de ensino nas páginas de O Arquidiocesano

Between the cross and education: the freedom of teaching inside the 1961's LDB by the newspaper O Arquidiocesano

Entre la cruz y la educación: la libertad de educación presente en la LDB de 1961 mediante las páginas del periódico O Arquidiocesano

Rosana Areal de Carvalho¹, Thiago Andreuci²

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto-MG, Brasil

Resumo

Este artigo tem como objetivo compreender fatores que demonstrem a posição da Igreja Católica no debate acerca da liberdade de ensino público e privado presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961. O tratamento dos dados fez-se pela análise histórica e de conteúdo utilizando como fonte o jornal O Arquidiocesano, de periodicidade semanal, disponível para consulta no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana-MG. Foram analisadas as estratégias discursivas da Igreja através da imprensa no recorte de 1959, ano de criação do jornal, até 1964, enquadrando movimentações prévias à promulgação da LDB e os ecos desta até o golpe civil-militar. A presença do catolicismo no Brasil, a história de Mariana e a força da religião no recorte especificado são elementos explorados para enriquecer o debate acerca do ensino público e privado e a democratização da educação. Ademais, com intuito de aprofundar o olhar acerca da imprensa como fonte e/ou objeto científico dentro das Humanidades, realiza-se uma exposição rápida de trabalhos na área. Como resultado da pesquisa, a análise das cinco matérias do jornal tocantes à LDB de 1961 dentro do recorte especificado revelou a posição do órgão oficial da Arquidiocese de Mariana, que considerava o ideal de liberdade de ensino presente na LDB um meio para atender às aspirações das escolas privadas.

Abstract

This article aims to understand factors that demonstrate the position of the Catholic Church in the debate on public and private freedom of teaching present in the Law of Directives and Bases of Education (LDB) of 1961. The treatment of the data was made by historical analysis and of content using the weekly printed newspaper O Arquidiocesano as a source, available for consultation at the Ecclesiastical Archive of the Archdiocese of Mariana. The discursive strategies of the Church were analyzed through the press in the section from 1959, the year the newspaper was created, until 1964, framing movements prior to the enactment of the LDB and its echoes until the civil-

¹Professora do Departamento de Educação da UFOP, na graduação e pós graduação. ORCID id: <http://orcid.org/0000-0002-0114-4239> E-mail: rosanareal@ufop.edu.br

²Mestrando em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da UFOP. ORCID id: <http://orcid.org/0000-0002-3390-2428> E-mail: t.andreuci@gmail.com

military coup. The presence of Catholicism in Brazil, Mariana's history and the strength of religion in the specified framework are elements explored to enrich the debate about public and private education and the democratization of education. In addition, in order to deepen the view of the press as a source and/or scientific object within the Humanities, a quick exhibition of works in the area is carried out. As a result of the research, the analysis of the five newspaper articles related to the 1961 LDB within the specified framework revealed the position of the official body of the Archdiocese of Mariana, which considered the ideal of freedom of teaching present in the LDB as a means to meet the aspirations of private schools.

Palavras-chave: LDB, Público e privado em educação, Imprensa, Igreja católica.

Keywords: LDB, Public and private in education, Press, Catholic church.

Introdução

Este artigo tem como objetivo compreender fatores que demonstrem a posição da Igreja Católica no debate acerca da liberdade de ensino público e privado presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961. Uma vez que a fonte utilizada neste trabalho para discorrer sobre o debate entre a escola pública e privada consiste em um jornal católico da cidade Mariana (MG), é de bom grado tecer um prólogo sobre a formação desta cidade e sua relação com a instituição religiosa. Não obstante, após a contextualização histórica da região e apresentação do periódico, o artigo fundamentará a utilização da imprensa no estudo da História da Educação para então apresentar a análise do discurso católico em torno da LDB de 1961.

A colonização portuguesa do território que hoje chamamos de Brasil e a presença da Igreja Católica³ misturam-se de forma homogênea em um caldeirão de fatos históricos temperado com oportunismos, interesses e fé. Imersos na construção da história, não é tarefa árdua nos imaginar presentes à celebração da famosa primeira missa, símbolo do início da civilização brasileira, fazendo do ritual católico um estágio obrigatório para se oficializar o nascimento da terra invadida, dita, descoberta.

Ademais, o livro *Museu do Oratório*⁴, do Instituto Cultural Flávio Gutierrez (2000), revela que presente à primeira frota de embarcações portuguesas que aportaram na costa de Porto Seguro, oratórios⁵ católicos simbolizavam a hegemonia da religião primaz que, trazida pelos colonizadores, iria estabelecer-se como pilar não apenas de proteção e crença, mas também instrumento vital para formação de uma nova sociedade. Exemplos como esses existem em grande número, fazendo-nos refletir sobre o desenrolar das relações entre os recém-chegados europeus e os nativos americanos.

A comunhão entre a religião católica e a colonização portuguesa no Brasil pode ser vista por diversas lentes e a análise da formação do estado de Minas

³Para efeito de maior dinamismo à leitura, neste escrito a palavra "Igreja" irá sempre se referir à Igreja Católica.

⁴O *Museu do Oratório*, uma das instituições do Instituto Cultural Flávio Gutierrez, localiza-se em Ouro Preto (MG). A proposta do museu é apresentar a história brasileira a partir dos oratórios católicos, contendo em seu acervo imagens de arte sacra, além de ambientação em diferentes períodos da história colonial.

⁵Objetos que podem variar de material e tamanho, comumente serviam de abrigo a alguma imagem sacra e simbolizam asseio à fé.

Gerais é um palco privilegiado para esta tarefa. Minas ergueu-se de modo veloz e inusitado, tendo como um dos fatores explicativos desta particularidade a descoberta do ouro que então fez luz ao interior ainda misterioso da colônia. Por volta do início do século XVIII, vinculada à prática aurífera e mineração, estava certo o reconhecimento da região por parte da Coroa Portuguesa como centro de seu interesse criando as condições necessárias para que, por conseguinte, a Igreja Católica também o fizesse.

Reconhecendo que a Coroa agia por meio de um poder “agridoce”, um verdadeiro “morde e assopra”, Laura de Mello e Souza (1979) mostra que o Estado utilizava da ação tributária e da implementação de estruturas judiciais para regulamentar a colônia. A Igreja, nesse cenário, acabou por auxiliar na instrumentalização de medidas tributárias interessantes à Coroa, características de uma política centralizada com orientação mercantilista.

Caio Boschi (1996), em um estudo sobre a Igreja e as irmandades leigas⁶ na região de Minas, examina suas relações com o Estado, no que tange às funções de administração e controle social. O autor de “Os Leigos e o poder” afirma que a presença da Igreja na região pode ser melhor compreendida tendo-se em mente a política do padroado⁷ e do mercantilismo tributário/fiscalista da metrópole. A dinâmica organizacional do catolicismo ia ao encontro das intenções colonizadoras da Metrópole e a relação entre as duas instituições se equilibrava diante de certas particularidades.

No caso da nova região mineradora, a proibição de ordens regulares como jesuítas, carmelitas e franciscanos por parte da Coroa Portuguesa não implicou em redução da presença católica, pois as irmandades leigas foram responsáveis pela manutenção da ordem social baseada em preceitos religiosos. Ademais, para Boschi (1996), a metrópole tinha necessidade de consolidar sua soberania sobre as terras mineiras e a criação de bispados, como o de Mariana, era elemento significativo para viabilização deste intuito.

A cidade de Mariana é ponto vital e estratégico para o estudo da formação de Minas colonial. Às margens do Ribeirão do Carmo, a cidade surgiu de forma pioneira como fruto das muitas expedições paulistas que eclodiram no final do século XVII em busca dos aluviões auríferos. A grande quantidade de ouro encontrada tornou famoso o Vale do Tripuí, berço de Vila do Carmo e Vila Rica, futuras Mariana e Ouro Preto.

Partindo de territórios como Taubaté e Pindamonhangaba, os bandeirantes, personagens emblemáticos e controversos da história do Brasil, personificaram a sede por fortuna em uma expansão territorial que trilhou caminhos de injustiças e violências para que novas fontes de riqueza jorrassem às mãos da Coroa Portuguesa. Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, Miguel Garcia da Cunha e outros bandeirantes montaram acampamento às

⁶As irmandades leigas eram grupos compostos por cristãos que não faziam parte do clero, pessoas comuns que não professavam a palavra eclesiástica de forma oficial. No século XVIII, as irmandades leigas tiveram papel preponderante na organização social de Minas, sendo responsáveis tanto por assuntos religiosos quanto mundanos como a realização de festejos populares e práticas de caridade.

⁷“Em troca da missão evangelizadora, o papa havia concedido à Coroa portuguesa o privilégio do padroado, segundo o qual o rei, enquanto Grão-Mestre da Ordem de Cristo, tinha diversas prerrogativas: apresentar os bispos, escolher os padres das paróquias coladas, autorizar a construção de igrejas, determinar os limites das dioceses, receber os dízimos”. (FONSECA, 2011, p. 84)

margens de um ribeirão ao norte das terras paulistas em 1696 e batizaram as águas em homenagem à festa da Santíssima Virgem, surgindo assim o Ribeirão do Carmo. Após a nomeação cristã adequada, constaram ser a região uma joia aurífera e o acampamento foi se expandindo de acordo com o furor da mineração chefiada e instigada pelos bandeirantes.⁸

O ouro descoberto incitou mais do que apenas uma busca por riqueza, acabou por inflamar os ânimos daquela região até então desconhecida da colônia. Logo no ano de 1708, o primeiro grande conflito veio à luz para estabelecer quem deveria predominar na tão almejada extração das riquezas minerais. De um lado os paulistas, que reclamavam as terras por terem sido eles os desbravadores da região, e do outro, portugueses e outros colonos que já haviam se estabelecido pelo novo território.

Este conflito ficou conhecido como Guerra dos Emboabas, sendo “emboaba” a classificação que os paulistas deferiram àqueles que não faziam parte de seu grupo. O conflito fez com que a Coroa Portuguesa percebesse que, além de possíveis riquezas, a bateia da mineração também traria consigo desordem e, concomitantemente, necessidade de organização mais incisiva por parte da metrópole.

Antônio de Albuquerque, então governador da capitania do Rio de Janeiro, ficou historicamente conhecido como apaziguador do conflito que resultou na derrota dos paulistas e na instauração da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, separando os territórios da jurisdição do Rio de Janeiro e fazendo de Albuquerque o primeiro governador da nova capitania.

“A primeira municipalidade mineira teria sido criada no arraial de Nossa Senhora do Carmo, simplesmente por ser este “o sítio mais capaz para ela”, de acordo com o documento oficial” (FONSECA, 2011, p. 146). Fazendo referência à nomeação dos bandeirantes oriunda de comemorações católicas, Vila de Nossa Senhora de Ribeirão do Carmo foi umas das três vilas fundadas em Minas no ano de 1711 pelo governador Antônio de Albuquerque, fruto de uma atenção mais apurada da Coroa Portuguesa à região após a Guerra dos Emboabas.

[...] E o governador Antônio Albuquerque, assim como os seus sucessores, D. Braz Baltazar da Silveira e D. Pedro de Almeida Conde de Assumar, apesar de ser em São Paulo a sede da Captania, tiveram de fixar residência em Ribeirão do Carmo, pois a mineração do ouro havia deslocado quase por completo o centro de interesse da Coroa Portuguesa para as Minas Gerais (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1959, p. 49).

A capitania que conjugava as terras paulistas e mineiras não foi duradoura. Segundo Adriana Romeiro (2010), o ódio gerado entre paulistas e emboabas não fora mitigado e os dias de conflito ainda eram reavivados por ambas as partes. Contudo, a tensão histórica entre São Paulo e Minas não fora o elemento cabal para o desmembramento da capitania, e sim uma revolta deflagrada no ano de 1720.

Diante dos conflitos gerados na região e da prática corriqueira de contrabando do ouro, a Coroa Portuguesa tentou adotar uma estratégia mais rígida quanto à circulação do minério, assim como sua fiscalização e tributação.

⁸Informações constante na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE).

Foram idealizadas as Casas de Fundação que tinham como objetivo transformar todo o ouro circulado na capitania em barras, pois o ouro em pó era potencializador das fugas ao imposto real, o famoso quinto, sendo facilmente escondidos em lugares que dependiam apenas da criatividade do indivíduo.

Os grandes proprietários se uniram aos mineradores mais humildes, chamados faiscadores, e demais indivíduos descontentes com a postura mais rígida de Portugal e iniciaram uma revolta popular em Vila Rica que chegou até a residência do governador da capitania, Conde de Assumar, em Ribeirão do Carmo. Assumar desempenhou papel de protagonismo da história da Revolta de 1720 por ter sido o mandatário da execução de um dos chamados líderes do movimento, Filipe dos Santos, homem branco livre que fora enforcado e esquartejado como exemplo das medidas que seriam deferidas aos revoltosos que permanecessem contrários às ordens reais.

Na leitura de Laura de Mello e Souza (1994) sobre a sublevação de 1720, tem-se trechos do discurso feito pelo Conde de Assumar em seu julgamento pela conduta desmedida tomadas para suprimir a revolta a respeito do cotidiano vivido na região das minas:

Os dias nunca amanhecem serenos; o ar é um nublado perpétuo; tudo é frio naquele país, menos o vício, que está ardendo sempre. [...] a terra parece que evapora tumultos; a água exala motins; o ouro toca desaforos; desfilam liberdades os ares; vomitam insolências as nuvens; influem desordens os astros; o clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza anda inquieta consigo e, amotinada lá por dentro, é como no inferno. (SOUZA, 1994, p.59)

A análise do relato do Conde de Assumar pode, com as devidas considerações, contribuir para que tenhamos noção da particularidade do território das minas em relação ao restante da colônia. Em 1720, fundou-se a Capitania de Minas Gerais. Vila Rica e Vila do Carmo continuaram a ser protagonistas na construção e desenvolvimento da América Portuguesa.

Vila de Nossa Senhora de Ribeirão do Carmo foi elevada a cidade em abril de 1745 chamando-se Mariana por homenagem à rainha D. Maria Ana d'Áustria, esposa de D. João V. Tornou-se sede do bispado de Minas com a chegada de D. Manoel da Cruz à cidade em 1748 e em 1750 viu erguer-se o Seminário da Boa Morte, que cumpria a missão de ser instrumento do acesso ao ensino superior por uma parcela da população, além de revitalizar o controle moralizador da Igreja na região. Desta maneira, a Igreja Católica intensificou sua influência em Mariana e concomitantemente passou a participar de forma ativa no crescimento da cidade.

A evolução da presença eclesiástica em Mariana pode ser apresentada pelo panorama relacional entre o Estado e a Igreja ao decorrer da história. Após a Declaração da Independência em 1822, a presença católica manteve por um período considerável sua incumbência normativa da sociedade que se encaixava muito bem no direito de padroado régio, até que ocorreram embates envolvendo questões de domínio e expansão da fé católica. Nas décadas finais dos oitocentos, a Igreja Católica apresentava fragilidade em suas ações ao não ter uma quantidade de clérigos capazes de abranger todo o território nacional, o que tornava difícil a formação de uma estrutura de mobilização capaz de articular

qualquer atitude que fosse contrária ao Império ou à elite agrária daquele período (OLIVEIRA, 2005).

Em comunhão à proclamação da República, em 1889, ocorreu a formalização da separação entre Estado e Igreja, contudo, a chamada República Velha das oligarquias serviu como agente restaurador da presença eclesiástica em muitos aspectos. Segundo Fabrício Costa Oliveira (2005), na primeira década do século XX, Minas Gerais era o estado com maior número de católicos do Brasil e buscava a notoriedade, neste aspecto, invocando o valor do catolicismo.

Em 1906 houve a elevação da Diocese de Mariana para Arquidiocese, ação contida em um projeto em que a Igreja reivindicava maior presença na sociedade brasileira. Ademais, a instituição religiosa buscava maior influência na educação e passou a intensificar a participação do clero nas escolas católicas voltadas ao público abastado, mantendo-se conservadora e tomando partido dos grandes oligarcas em troca de auxílios para fortalecer-se institucionalmente.

A Era Vargas (1930-1945) foi um fator consolidante para que a Igreja estabelecesse posição contundente em parceria ao Estado. A relação teve início durante a própria Revolução de 1930, onde o apoio católico se deu em troca da promessa de criação de novas instituições de ensino como a Universidade Católica do Rio de Janeiro e também por uma maior influência sobre a educação nas escolas, buscando alcançar, assim, o objetivo solene de atuar sobre a moralidade da sociedade e propagar o asseio pela fé católica.

D. Sebastião Leme foi um personagem de extrema relevância como porta voz da Igreja no governo. Usufruindo do posto de amigo pessoal de Getúlio Vargas obteve a ajuda financeira estatal para amparar as escolas católicas e reintegrar a educação religiosa dentro do âmbito escolar (MAINWARING, 2004).

A religião católica alcançou 93,7% do total da população brasileira em 1950 (PIERUCCI, 2004), e os preceitos de ordem tradicional da Igreja contrastavam com o furor tecnológico que ganhava força na década, principalmente durante o governo de Juscelino Kubitschek que usufruía e dava impulso ao mercado nacional e aos investimentos estrangeiros. A instituição religiosa se manteve a par e dentro das discussões educacionais, principalmente aquelas que poderiam alterar a posição ocupada pelo ensino de cunho religioso nas escolas.

No final da década de 1950 o debate educacional, mesmo não sendo a menina dos olhos no slogan “50 anos em 5” do governo de JK⁹, movimentou setores dicotômicos da sociedade ao reacender o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Tendo seu lampejo inicial com o Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932, a ideia de se estabelecer uma legislação normativa para a educação fora adiada em meio às variantes políticas e com a reconvocação do Manifesto dos Educadores em 1959 o debate sobre o rumo da educação voltava à evidência.

Cabe ressaltar que o manifesto dos defensores da educação pública e laica, chamado de “Manifesto dos Educadores Mais uma Vez Convocados”, foi fruto de discussões educacionais tidas ao longo dos anos de 1950 e teve seu estopim no Substitutivo Lacerda lançado em 1959, documento do deputado

⁹O Plano de Metas destacava cinco setores: energia, transporte, indústria, educação e alimentação.

Carlos Lacerda que favorecia o ensino privado e estava liderando as proposições à futura legislação.

Dentro do contexto da transição dos anos de 1950 para a década de 1960, é necessário atentar-se à conjuntura mundial presente no cotidiano brasileiro. Em pleno fervor da Guerra Fria, da corrida espacial e armamentista entre EUA e a URSS, a dualidade entre capitalismo e socialismo tomava as rédeas das decisões políticas. “O Brasil não ficou imune aos conflitos entre Estados Unidos e União Soviética e, em vários setores da sociedade, despontou o sentimento anticomunista” (FERREIRA, 2010, p. 14) que podia ser visto em ações do Estado, como a cassação do Partido Comunista (PCB), e no comportamento de meios de comunicação de instituições como a Igreja Católica, como veremos a seguir.

Concomitante a tais problemáticas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação emergiu como elemento efervescente em busca pela dita modernidade.

O período de formulação da LDB/1961 e sua tramitação política deu-se entre os anos de 1947 e 1961 à sombra de um exasperado conflito de interesses envolvendo por um lado os liberais escolanovistas que defendiam a escola pública e a centralização do processo educativo pela União e, por outro, os católicos cujo mote era a escola privada e a não interferência do estado nos negócios educacionais (MARCHELLI, 2014, p. 1485).

Ao encontro dos interesses da Igreja, o desenrolar da LDB era um elemento que merecia atenção e divulgação favorável em artigos específicos. Igreja e política se misturavam na mesma proporção que política e educação, criando um triângulo de intenções. A campanha pela elaboração da legislação nacional que ordenaria os caminhos da educação estampou manchetes nos mais variados periódicos do país, incluindo o veículo oficial da Arquidiocese de Mariana, o jornal O Arquidiocesano.

Figura 1 - O Arquidiocesano



Fonte: O Arquidiocesano, edição 102, 27 de agosto de 1960, página 1.

Para que possamos atingir o objetivo deste trabalho, averiguar a posição da Igreja Católica no debate sobre o ensino público e privado em torno da LDB

de 1961, recorreremos ao jornal O Arquidiocesano. A seguir, apresentamos o jornal católico marianense e alguns elementos sobre a utilização da imprensa na História da Educação. Concomitantemente analisamos o conceito de liberdade de ensino que configura o cerne do debate entre os defensores da escola pública e os apoiadores da privatização.

O Arquidiocesano, porta voz da primaz de Minas

Em 29 de junho de 1959 fora publicada a primeira edição do jornal “O Arquidiocesano”, órgão oficial da Arquidiocese de Mariana, abrindo portas para a Igreja Católica aliar preceitos morais, cívicos, éticos e educacionais através de novos meios de comunicação, indicando, assim, à sociedade marianense os caminhos justos à fé católica.

Mariana caminhou de braços dados ao catolicismo desde sua fundação. Partilhando, usufruindo e sendo usufruída pela intenções e práticas da religião que atravessou o Atlântico por sua própria vontade, diferente de outros atores do período que aportaram na América Portuguesa. Desde aspectos econômicos, sociais, culturais até políticos, Mariana nos conta uma história rica ao ser testemunha ímpar da administração colonial baseada na parceria entre Estado e Igreja Católica, revelando uma relação que sobreviveu a um novo Império e à Proclamação da República, moldando e se adaptando às transformações na cidade e em sua sociedade.

Buscar compreender a influência católica na sociedade de Mariana é aquiescer à relevância da sede da primeira municipalidade, capital e bispado do estado de Minas e, por consequência, à potencialidade do estudo capaz de revelar particularidades significativas na história da educação brasileira. Não obstante, apresentar dados e aspectos referentes à influência da Igreja Católica na década de 1960 é tecer um panorama reflexivo nacional, levando em conta o número soberano de católicos no país durante a década em questão apresentado por Pierucci (2004) na tabela abaixo:

Tabela 1. Religiões do Brasil de 1940 a 20000, em porcentagem

Religião	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Católicos	95,2	93,7	93,1	91,1	89,2	83,3	73,8
Evangélicos	2,6	3,4	4,0	5,8	6,6	9,0	15,4
Outras religiões	1,9	2,4	2,4	2,3	2,5	2,9	3,5
Sem religião	0,2	0,5	0,5	0,8	1,6	4,8	7,3
TOTAL (*)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PIERUCCI, 2004, p. 20

Caminhando entre séculos, o catolicismo na primeira capital de Minas utilizou de diferentes metodologias para manter e aumentar seu rebanho de fiéis, chegando até o final da década de 1950 com a iniciativa de usufruir da imprensa, instrumento em voga da época em questão. O Arquidiocesano fora, então, o nome escolhido para dar luz ao projeto de porta voz da Arquidiocese de Mariana que possuía relevância considerável dentro de uma sociedade majoritariamente católica.

De confecção semanal, contendo 4 páginas e com tiragem média de 6.000 exemplares, a circulação do jornal disseminou-se por lugares como Mariana, Viçosa, Ouro Preto, Barbacena, Ouro Branco, São João Del Rei, Dionísio, Itabira, João Monlevade, Barra Mansa, Nova Era, Raul Soares, Bicuíba, Granada, São Bartolomeu, Carneirinhos, chegando até Belo Horizonte e Rio de Janeiro. A imagem abaixo ilustra as dimensões físicas do jornal:

Figura 2 - Dimensões físicas de O Arquidiocesano



Fonte: O Arquidiocesano, edição 101, 20 de agosto 1961, página 1

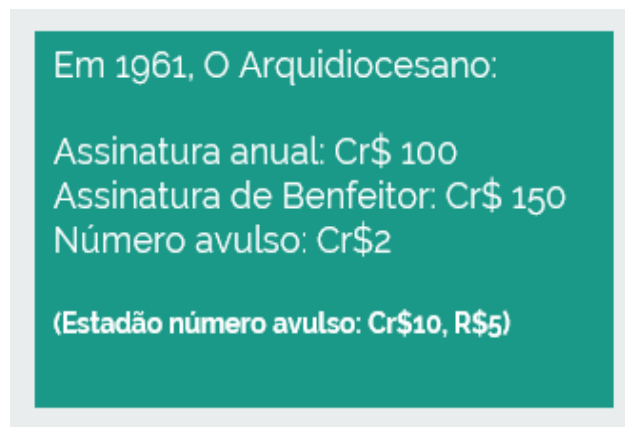
Em uma análise quantitativa: quanto maior o consumo, maior a credibilidade em termos gerais do jornal. Sendo consumido em um número considerável de cidades e distritos, outro ponto a se investigar acerca do periódico consiste na comparação de seu valor de compra. Ao tratarmos do consumo de jornais estamos lidando com um bem de natureza não essencial, distinto de itens básicos de subsistência, ou seja, a soma dispensada a um jornal em relação a outros itens de compra da sociedade revela fatores relevantes sobre sua acessibilidade à população. Entretanto, realizar a conversão de valores para ter-se uma concepção não anacrônica referente aos valores dos bens de consumo da época não é uma tarefa simples, e ao invés de arriscarmos comparações equivocadas com itens como uma dúzia de ovos ou um par de sapatos, equiparar O Arquidiocesano com outro jornal é um caminho a se tomar.

Neste viés, a análise do preço do jornal O Estado de S. Paulo (Estadão), de projeção nacional e reconhecimento até os dias atuais, nos faz ponderar sobre uma possível escolha do consumidor. À título de curiosidade, utilizando como fonte o conversor de moeda do próprio Estadão disponível em seu endereço eletrônico¹⁰ que adverte ser um cálculo informal, segue abaixo uma comparação entre os preços das edições dos jornais para o ano de 1961 contendo também a “Assinatura de Benfeitor” do O Arquidiocesano, referente àqueles que colaboravam com jornal pagando além do valor das edições. Abdicando da informalidade da conversão apresentada do cruzeiro para o real,

¹⁰Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,como-funciona-o-conversor-de-valores,581,0.htm>. Acesso em maio de 2020.

o que nos interessa é a constatação do preço de uma edição do Estadão correspondendo a cinco vezes o valor do O Arquidiocesano.

Figura 3 - O Arquidiocesano: custo da assinatura



Fonte: Elaboração própria

O Arquidiocesano tinha a função de educar seus fiéis, seja dentro dos motes religiosos ou fora deles. Em comunhão, o profano e o sagrado partilhavam as páginas de tal forma que o fiel católico poderia adquirir na leitura do periódico conhecimentos que contemplavam o corpo e também a alma, Para esta temos: pingos de reflexão; pensamentos;

Para o corpo, mas que também poderia resvalar na alma, e a vida social: partituras musicais; orientações cinematográficas; saber quais são os melhores bancos, hotéis, bicicletas e carimbos da região; aprender a cozinhar uma garbosa galinha e que o casamento é uma instituição indissolúvel; praticar o português correto; discutir os inconvenientes da televisão e o porquê da Igreja condenar a maçonaria.

Conhecimentos práticos, substanciados na ciência: como prolongar a vida das flores; constatar a relação entre os ovos e as artérias; descobrir a ineficácia dos feitiços; as utilidades do bambu; o valor nutritivo das bananas. E outros não tão científicos: a cura para o câncer comunista. Também assuntos da ordem econômica: o projeto de reforma agrária e entender que as reformas devem começar no indivíduo; saudar os auxílios da Companhia Vale do Rio Doce.

Quanto ao lazer poderia se distrair com quadrinhos anticomunistas, desafios de palavras cruzadas e curiosidades; contemplar as novidades tecnológicas americanas e a vida das mulheres nos países da cortina de ferro; além de compreender como a bandeira vermelha do comunismo personificava um inimigo de Deus e da democracia, sendo um perigo para as famílias católicas. Tangente aos assuntos acima, havia espaço também para estudos bíblicos, seções litúrgicas, nomeações, divulgação de visitas pastorais, cartas encíclicas e para o cantinho da Bíblia.

As páginas do jornal revelam a relação entre uma instituição secular e a própria sociedade que a rodeia, um exemplo de que as fontes são produções humanas e registros das relações entre os indivíduos e um dado momento histórico (TOLEDO; SKALINSKI JÚNIOR, 2012). Para a Igreja, o Estado deveria proteger os interesses católicos, assim, o sistema educacional e os meios de comunicação deveriam refletir os princípios e a doutrina da instituição

(MAINWARING, 2004). A boa imprensa, católica, apostava nos jornais como um método moderno e eficaz de propagação daquilo considerado como bem:

O grande Pontífice Pio XI incentivou por todos os meios o apostolado da boa imprensa. [...] com razão afirma que este meio de divulgação é um apostolado moderno de grande alcance. [...] em nossas mãos foi entregue esta poderosa arma para empregá-la a serviço do bem (O ARQUIDIOCESANO, edição 93, 25 de junho de 1961, p.2).

E este chamado bem não se limitava aos assuntos religiosos, como pode-se atestar pelo feitio dos temas citados anteriormente. Ademais, as páginas do jornal extrapolavam o corriqueiro e adentravam também em assuntos políticos, deixando claro o viés do periódico e contrariando a premissa de criação veiculada na razão do jornal:

Terá ainda por escopo o nosso semanário, levar às almas o conhecimento da doutrina social da Santa Igreja; defenderá êle os direitos de Deus e da Comunidade cristã, com absoluta isenção e independência de partidarismos políticos, pois nossa Política é o Evangelho (O ARQUIDIOCESANO, edição 1, 29 de junho de 1959, p. 1).

Corroborando para a concepção de que o triângulo de intenções formado por igreja, política e educação é indissociável, o jornal contraria sua própria razão declarada ao abordar questões de ideologias políticas quando se referia às discussões educacionais.

O envolvimento de instituições religiosas com a educação, escolar e não escolar, é um assunto muito explorado na História da Educação Brasileira. Desde os jesuítas, passando pelos atributos cristãos necessários aos professores(as) no Império, até o ensino religioso nas escolas no século XX, a religião cristã caminha junto à educação com olhos severos e atentos a quaisquer mudanças na sua força diante do imaginário educacional. A iniciativa de oferta de educação privada já era uma realidade consolidada há muitos anos, e os colégios católicos predominavam dentro desse leque de opções frente à educação pública oferecida pelo Estado.

Eduardo Scarfoni (2013), em um texto sobre a ótica dos dirigentes de estabelecimentos particulares de ensino, mostra o quão forte é o apelo à família incorporado do discurso religioso presente na argumentação dos proprietários de escolas privadas. Ou seja, se a educação como um todo é objeto de desejo da Igreja, a educação privada é uma extensão consolidada do domínio religioso e, por conseguinte, a oferta desta é de suma relevância para que os preceitos justos à fé católica permaneçam enraizados na sociedade.

Além de tratar de temas litúrgicos, trivialidades e tensões políticas, O Arquidiocesano debruçou-se de forma considerável acerca de assuntos educacionais, como atestam Fernanda A. O. Rodrigues Silva e Rosana Areal de Carvalho (2018). O jornal veiculou matérias citando o Conselho Municipal de Educação, a Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos, o Fundo Nacional do Ensino Médio, bolsas de estudos, a educação religiosa das crianças, preocupação com analfabetismo, compromisso das escolas particulares em

conceder matrículas gratuitas, e em mais de uma oportunidade participou, à sua maneira, dos debates em volta da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Um olhar teórico à pluralidade da imprensa como fonte e objeto

Antes de nos debruçarmos nas matérias do O Arquidiocesano tocantes à LDB de 1961, é de bom grado realizarmos um panorama do uso da imprensa, jornais e revistas pedagógicas, pelo historiador da educação. Além de expor pesquisas utilizadas para a escrita deste artigo, o intuito dessa amostra é citar trabalhos para quem desejar se aprofundar no assunto.

Sobre os jornais e periódicos, “é certo que se deve submetê-los a rigorosa crítica histórica, precavendo-se contra o prestígio místico de jornais antigos, a cujos informes a idade dá tanto relevo” (VENÂNCIO FILHO, 1945, p. 372), mas como não se encantar por este elemento que é capaz de, dentre outras habilidades, ampliar o acesso à cultura por uma parte da população que se vê às margens da aceitação social? Da ambição de se resolver um problema, a pesquisa ganha vida.

Tania Regina de Luca escreveu o capítulo “A história dos, nos e por meio dos periódicos” no ano de 2006, parte do livro “Fontes Históricas” de Carla Pinsky. O próprio título do texto expõe bem as intenções e os caminhos seguidos pela autora que utiliza de um denso levantamento bibliográfico para expor a história dos periódicos, desde a imprensa régia até as prensas automáticas da contemporaneidade; a história nos periódicos, tratando de gama de fatos históricos usufrutos ao meio jornalístico; e a história por meio dos periódicos, se atentando mais a este elemento ao aprofundar a transição de visão por parte dos profissionais da história para com a utilização dos jornais como fontes históricas legítimas.

Sobre este último elemento a discussão flui de forma mais atenta, apresentando a discussão sobre as fontes oficiais pela Escola de Annales e os preceitos da História Nova que fundamentaria a ideia de “novos objetos, problemas e abordagens” trazendo, assim, novo status ao periódico como fonte para o estudo da história.

O trabalho da autora aborda elementos variados e significativos a respeito da imprensa, como: “trabalho, cidade e imprensa”, “a imprensa como objeto”; “revistas, imagens e publicidade”; “a imprensa e o mundo das letras”; “imprensa, gênero e infância”; “imprensa política e censura”; “técnicas de impressão e lugar social da imprensa”; e “a materialidade dos impressos” (LUCA, 2006).

No levantamento bibliográfico apresentado, além da análise da recepção da imprensa como fonte em potencial para a história, são destacados aspectos metodológicos que guiam a utilização dessas fontes podendo inspirar futuras pesquisas e atesta-se que a partir da década de 1980 os trabalhos sobre a imprensa começaram a se tornar recorrentes de tal maneira não ser possível mais listá-los um a um.

Luca (2006) traz embasamento a seu texto ao citar um farto número de autores em teses, livros ou coletâneas. Ao concluir o texto com “sugestões práticas” para o tratamento dos periódicos, a autora tece um guia histórico-metodológico de muita utilidade aos pesquisadores da imprensa, seja ela fonte ou objeto de pesquisa.

Denice Barbara Catani pesquisa temas ligados à História da Educação e Profissão Docente e Formação de Professores. Em seu texto de 1996, “A

imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional”, trabalha em cima da potencialidade das revistas especializadas em educação como fonte para a história da educação, além de expor um quadro organizativo para o surgimento de revistas pedagógicas, em especial no estado de São Paulo.

A autora exemplifica como a pesquisa da imprensa periódica se estabeleceu de forma contundente tornando-se, assim, uma área de pesquisa fértil. Informações sobre o trabalho pedagógico, o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério, dentre outros, são exemplos de elementos que revelam a riqueza do material contido nas revistas de cunho pedagógico.

Mesmo se tratando de veículos contemporâneos à publicação do texto, em 1996, Catani expõe interessantes ligações entre representações sociais e institucionais do trabalho docente com propostas de possíveis intervenções pedagógicas, além de demonstrar modos de organização e dinâmica do campo educacional.

Ana Luiza Martins Camargo de Oliveira em parceria com Tânia de Luca organizaram no ano de 2018 a obra “História da Imprensa no Brasil”, destinado não apenas a historiadores e jornalistas, mas àqueles que se interessam pela história do Brasil, segundo as autoras.

O prólogo da obra, “Introdução: pelos caminhos da imprensa no Brasil”, se inicia trazendo questões singulares sobre a história da formação de nosso país, como o jornal que era produzido do outro lado do Atlântico: o Correio Braziliense de cunho crítico ao sistema colonial vigente. A vinda da corte fugida para a América trouxe a reboque a Imprensa Régia que, de fato, instaurou uma abertura na oferta de títulos jornalísticos não necessariamente significando pluralidade das fontes. Tais elementos demonstram a gama de elementos envolvidos na análise da história da imprensa no Brasil que, por sua vez, é responsável por transmitir a complexidade presente na formação do país.

A metodologia da obra consiste na análise de diversas fontes ditas primárias como os próprios jornais e revistas, além de estudos pontuais de especialistas, e realização de levantamentos tendo o objetivo de preencher espaço no âmbito bibliográfico da temática relacionada à imprensa. A participação de profissionais de diferentes áreas como colaboradores da obra (historiadores, docentes da academia, profissionais da imprensa) denota a necessidade de análise abrangente para tentar captar múltiplas particularidades tocantes aos periódicos.

Caminhando por rumos como “Primórdios da imprensa no Brasil”, “Tempos eufóricos da imprensa republicana”, “De 1950 aos nossos dias”, a obra usufrui da visão destes diferentes autores para compor uma pesquisa contundente e a própria introdução apresenta diversos estudos anteriores com objetivo semelhante ao livro organizado por Martins e Luca (2018).

Em suma, concluímos que o fazer jornalístico no país ampliou-se no decorrer dos tempos demonstrando, assim, que nada melhor para entender os caminhos da imprensa no Brasil do que se debruçar sobre a boa e velha/nova história (MARTINS E LUCA, 2018).

Após essa exposição uma questão volta ao mote: de que maneira o jornal da Arquidiocese de uma cidade historicamente católica iria se colocar frente à

tramitação da Lei de Diretrizes e Bases que regulamentaria a educação deferida, também, às famílias cristãs?

A liberdade de ensino

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira foi promulgada no ano de 1961, contudo, as movimentações em torno do projeto da legislação iniciaram-se em 1948, com a comissão de educadores convocada pelo então Ministro da Educação Clemente Mariani. O longo período compreendido entre o início da elaboração e, de fato, a conclusão do texto que regulamentaria a educação em todo território nacional, revela a complexa miríade de interesses em torno da LDB. Diferentes atores e instituições travaram debates duais sobre os rumos da educação, destacando-se a dicotomia entre os defensores do ensino público e os partidários do ensino privado.

Figura 4 - O Arquidiocesano e detalhe ampliado



Fonte: O Arquidiocesano, edição 25, 6 de março 1960, página 2

“Liberdade de Ensino” é a expressão que intitula a primeira das matérias sobre a LDB presentes no O Arquidiocesano, na edição número 25 em 6 de março de 1960, expondo uma prévia da posição do periódico frente à questão. “O ensino particular e o ensino público devem se unir num regime verdadeiramente democrático”, diz a matéria advertindo pais de família, dirigentes sindicais e o povo brasileiro em geral que a reação contrária à LDB é uma “violência marcada por características comunistas”.

O discurso de que o subsídio de escolas particulares com verbas estatais iria “matar” a escola pública seria uma mentira que demonstraria a reação vermelha à liberdade de ensino concretizada no texto da Lei. Nisso, fora lançado em São Paulo um manifesto intitulado “Movimento Pro-Liberdade de Ensino” que prevenia a população consciente a respeito da campanha contra a aprovação da LDB no Congresso Nacional.

Segundo o Movimento, que continha entre seus signatários representantes de associações de Pais e Mestres, família cristãs, operários, assistentes sociais e universitários, educadores competentes e desapaixonados deveriam proferir um parecer justo a um regime verdadeiramente democrático e a comissão executiva iria distribuir amplamente cópias do projeto.

A matéria finaliza o manifesto e enaltece a figura do deputado da União Democrática Nacional – UDN, Carlos Lacerda, que teria despertado o projeto da LDB de um sono de dez anos com um Substitutivo, retirando do ensino no Brasil o caráter laico e totalitário. A Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados aprovou, por maioria, um substitutivo diferente, não muito, do apresentado por Lacerda.

Para o jornal católico, criava-se, assim, uma clareira luminosa na formação dos jovens brasileiros contrariando o desejo comunista e abria-se mão do ótimo em troca do bom, tendo em vista a relevante permanência do que fora idealizado pelo político udenista.

Embora mutilado em alguns itens – o que foi uma pena – manteve-se, de maneira geral, no projeto aprovado, o caráter sadio propugnado por Lacerda no que toca à primazia da Família e ao dever supletivo do Estado em matéria de educação, à liberdade de ensino, ao tratamento equitativo da escola particular com a pública (O ARQUIDIOCESANO, edição 25, 6 de março de 1960, p. 2).

Na edição número 30 de 10 de abril de 1960, a tônica “Liberdade de Ensino” retorna utilizando um objeto específico como ilustração. A matéria, que ocupa uma pequena parte inferior da primeira página revela o protesto da Faculdade de Filosofia de Santa Maria¹¹ contra a campanha de difamação do projeto da LDB promovida pela União Nacional dos Estudantes - UNE. A UNE estaria traíndo os princípios da democracia e seguindo orientações marxistas ao criticar a liberdade de ensino contida na Lei, “e por Liberdade de ensino entendemos a igualdade entre Escola Pública e Particular, facultando ao aluno ou ao seu responsável a liberdade e a possibilidade de escolher sua preferência” (O ARQUIDIOCESANO, edição 25, 6 de março de 1960, p. 2).

Em seu terceiro mês seguido, o jornal católico cita a LDB e desta vez importa um discurso do Correio de Uberaba¹², de autoria de Dom Alexandre Gonçalves do Amaral¹³, intitulado “Belo tipo de democracia” na edição 33 de 1 de maio de 1960. Ocupando metade de toda página, traz na íntegra dois artigos da própria LDB, segundo eles, impugnados e combatidos com veemência.

O artigo 3º trata sobre quais circunstâncias o direito à educação seria assegurado, e D. Amaral chama atenção para o fato do escrito coincidir com os ensinamentos da Santa Igreja ao estabelecer uma harmonia entre a obrigação do poder público e a liberdade de iniciativa particular. Consequência desta harmonia seria a ação supletiva do Estado, que mesmo não substituindo a família na obra educativa deveria suprir necessidades dos membros da sociedade que se vissem na falta de recursos. Ademais, outro direito aliado à consciência cristã seria o de se garantir oportunidades iguais a todos e

¹¹Não há mais informações acerca dessa instituição.

¹²Jornal Correio Católico, referenciado como Correio de Uberaba, periódico da Arquidiocese de Uberaba.

¹³Na década de 1940 foi considerado o mais notável bispo brasileiro em coordenações de ações da Ação Católica e considerado o maior orador sacro no Brasil. No Correio Católico publicou mais de 4.000 artigos. Disponível em: <https://www.arquidiocesedeuberaba.org.br/dom-alexandre>. Acesso em maio de 2020.

contrapor-se a isso, atacando o projeto de Lei, seria tentar derrubar o que é direito natural do cristão.

O segundo artigo da LDB citado por D. Amaral é o artigo 5º, que reconhece a legalidade de estabelecimentos de ensino particulares e sua participação em conselhos estaduais de educação. O jornal expõe que a existência das escolas particulares não extinguiria a da escola pública e que adotar este pensamento, dizendo-se defensor de princípios democráticos, seria, em termos singulares utilizados pelo jornal, o aspecto mais “chocarreiro¹⁴ e jocoso” das críticas à Lei.

Finalizando, D. Amaral diz, sarcasticamente, que a ramificação de escolas particulares seria uma grave ameaça ao tronco comum da escola oficial (pública) e que seria justo, realmente democrático, suprimir totalmente a escola particular em detrimento da escola oficial. “É um belo exemplar: um lindo tipo de democracia, este que os impugnadores das Diretrizes e Bases da educação pretendem impingir à família brasileira... mais bonito que este, só na Rússia soviética...” (O ARQUIDIOCESANO, edição 33, 1 de maio de 1960, p. 3).

A segunda matéria importada do Correio de Uberaba de mesma autoria é publicado em O Arquidiocesano em 15 de maio de 1960. Logo no início, diz-se que os ataques à futura Lei (não mais citada apenas como projeto) seriam anticatólicos e “impatrióticos” e que a especificidade dos artigos atingidos deixaria claro as influências comunistas dos acusadores.

Reitera-se os princípios da Lei que coincidem com a concepção católica de educação como: a conceituação correta dos fins da educação; a prioridade da família na obra educacional; e a liberdade de ensino sem “ranço do monopólio estatal”, termo utilizado por D. Amaral. Na segunda parte, após a análise dos pontos mais questionados da LDB, a matéria revela que os inimigos da Lei são os mesmos inimigos da concepção católica e da Igreja de Deus.

Admitindo não serem isentos de falhas, os religiosos afirmam que qualquer cidadão brasileiro, se for estudioso do assunto, tem o dever de enviar aos senhores senadores restrições que afastem os defeitos da futura Lei. Porém, pretender anular uma Lei pelos planos “satânicos”, termo utilizado na matéria, de greves injustas de origem comunista seria antipatriótico e criminoso, pois, afinal, “em si mesmo, na sua essência, no cerne de sua estruturação, o projeto é realmente bom, a despeito das lacunas bastante acidentais de ordem técnica e pedagógica” (O ARQUIDIOCESANO, edição 35, 15 de maio de 1960, p. 3).

Na terceira e última parte da matéria, o jornal recorda o que chama de inovações no campo educacional presentes na Lei, em que se destacavam os artigos 94 e 95:

cooperação financeira da União aos alunos: bolsas de estudos e financiamento reembolsável até 15 anos; ao ensino: subvenções conforme as leis em vigor, assistência técnica e pedagógica, financiamento para prédios e equipamentos escolares. (O ARQUIDIOCESANO, edição 35, 15 de maio de 1960, p. 3)

Para a próxima, e última, matéria presente no recorte deste trabalho há um salto para o ano de 1962, depois da futura Lei tornar-se oficialmente legislação ativa. Menos de um mês após a promulgação da LDB em 20

¹⁴Insolente ou atrevido.

dezembro de 1961, O Arquidiocesano intensifica sua posição desta vez criticando suspensões por parte do Presidente da República João Goulart.

A matéria saúda a sanção da Lei como um impressionante marco na vida educacional brasileira, mas alerta que dois vetos apostos pelo Presidente abalariam o espírito democrático que havia norteado os legisladores das Casas do Congresso.

O veto ao artigo 9º, retirando do Conselho Federal de Educação atributo de distribuição dos recursos, atingiria o cerne do debate entre democratas e extremistas, traindo os interesses do povo. Igualmente, para eles, vetar o artigo 58 significaria manter a injustiça consagrada na Constituição do Estado da Guanabara, que criava privilégios para as normalistas formadas pelas escolas do Estado serem as únicas a proverem cargos de professoras na região, resultando em uma “odiosa discriminação”, termo utilizado pelo jornal.

Ainda segundo O Arquidiocesano, o Sr. Presidente fora muito mal assessorado por orientadores da linha do Sr. Anísio Teixeira, Hermes Lima e outros que com aqueles vetos feriam os interesses básicos da população, atingindo uma Lei citada como exemplo para o próprio Estados Unidos da América, contudo “Há de, por certo o patriotismo dos Congressistas restabelecer o espírito da lei, democrático por excelência, evitando-se assim mais uma derrota do nosso país no conceito internacional” (O ARQUIDIOCESANO, edição 122, 14 de janeiro de 1962, p. 1).

Considerações finais

“Nos leva a Deus, sem assuntos de política, brigas, crimes...”, elogiou um professor do Rio de Janeiro na seção de recados dos leitores da edição 21 do O Arquidiocesano. De fato, como já referenciado no artigo “Razão deste jornal” da primeira edição (25 de junho de 1959), o objetivo do veículo oficial da Arquidiocese de Mariana deveria ser o Evangelho, mas seria realmente possível desvincular política, religião e educação?

O processo de consolidação da Igreja Católica no Brasil foi, categoricamente, pautado por características políticas. Não é do feitio de uma instituição que se faz de pé há mais de mil anos ser apolítica e, concomitantemente, a educação sendo também instrumento político se torna alvo das preocupações e intentos desta instituição. Não tardou para que O Arquidiocesano fizesse sua primeira referência, contrária, ao comunismo na edição número 4 (6 de setembro de 1959) e de lá citando esporadicamente alguns assuntos até que o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação viesse à tona na edição 25 (6 de março de 1960).

O discurso do jornal se pauta pela bandeira da liberdade de ensino, uma igualdade entre escola pública e particular em que o estudante fosse livre para escolher entre as duas ofertas de educação. Ademais, seguindo o preceito do direito natural do cristão, há de se garantir oportunidades iguais a todos e o Estado deveria assumir o papel de provedor dos recursos necessários. A soma desses fatores culminaria num regime verdadeiramente democrático da educação, distante de outras iniciativas ditas comunistas, antipatrióticas e anticatólicas.

Roque Spencer Maciel de Barros (1960), em Diretrizes e Bases da Educação, nos faz refletir sobre o conceito de liberdade de ensino não como uma permissão e legitimação de escolas particulares patrocinadas com dinheiro

público, mas sim como liberdade de se ensinar e aprender. Uma escola democrática seria aquela onde, independentemente da crença ou classe social, todos tivessem acesso à educação. Assim, questionamos: qual dos espaços escolares iria se comprometer a acolher o estudante independente de sua religião ou poder aquisitivo e, conseqüentemente, deveria receber suprimentos do Estado: a escola pública ou a escola privada?

Com periodicidade semanal, atingindo cidades e distritos com sua tiragem de 6.000 exemplares, O Arquidiocesano transfigurava sua retórica espiritual em influência política, tornando parte de sua agenda um espaço de propaganda do que a Igreja Católica considerava legítimo dentro do debate público e privado.

O jornal utilizou da estratégia direta de idealizar o crítico da LDB como um inimigo antagonista aos bons costumes cristãos e familiares. O comunista, o antipatriota, anticatólico, o vermelho, o laico e totalitário, todos esses personagens constituem uma amálgama do que deveria ser combatido pelos leitores do periódico.

No recorte apresentado, da fundação do jornal em 1959 até o golpe civil-militar de 1964, a LDB fora abordada em cinco matérias, utilizando um discurso difamatório contra aqueles que discordavam de seu posicionamento em relação às deliberações da referida lei. Assim, observa-se que o Evangelho não era a razão única do porta voz da Arquidiocese de Mariana, pois os interesses católicos extrapolavam o campo litúrgico e o jornal agia como uma ponte entre os anseios políticos da instituição e seus fiéis.

Debruçar-se sobre periódicos regionais de diferentes épocas nos transporta como espectadores privilegiados das motivações características tanto dos que produziam o impresso, como daqueles que consumiam suas páginas. No que tange à História da Educação, a utilização da imprensa como fonte possui uma eficácia já atestada e uma potencialidade capaz de incitar novas perguntas e hipóteses. Através das páginas do O Arquidiocesano, da “boa imprensa”, podemos imergir no contexto educacional do período pela ótica do âmagô social, e nesse viés pode-se buscar compreender de forma mais apurada conceitos e ações pertinentes à educação, avaliando seus desdobramentos no tocante à verdadeira disputa entre os defensores das instituições públicas ou privadas.

A problemática que envolve a dicotomia da educação público e privada é densa e constantemente absorve novas particularidades. As intenções deste escrito se pautaram em ilustrar este debate a partir da ótica religiosa de um periódico regional em um determinado espaço de tempo, buscando contribuir com estudos que abordem o tema.

Diante da concepção de que a imprensa enriquece o olhar do pesquisador em História da Educação e proporciona-lhe documentos com um prisma de interpretações, o periódico O Arquidiocesano nos apresenta elementos sobre a educação (escolar e não escolar) da primeira cidade e capital de Minas Gerais durante mais de três décadas. De riqueza equivalente aos resultados já obtidos por autores que o estudaram, tem-se a potencialidade que o tal periódico expõe sobre o horizonte das investigações tocantes à História da Educação, inclusive, sobre o debate entre o ensino público e privado.

Referências

- AMARAL, Alexandre Gonçalves do. Belo tipo de democracia. **O Arquidiocesano**. Mariana, 1 de maio de 1960, p. 3.
- AMARAL, Alexandre Gonçalves do. Princípios doutrinários, oposições e inovações. **O Arquidiocesano**. Mariana, 15 de maio de 1960, p. 3.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. **Diretrizes e Bases da Educação**. São Paulo: Pioneira, 1960, 190 p.
- BOSCHI, Caio César. Igreja. Estado e irmandades em Minas Gerais. In: BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder**. São Paulo: Ática, 1996, p. 71-139.
- BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em maio de 2020.
- CATANI, Denice Bárbara. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. **Educação E Filosofia**, Uberlândia, v.10, n. 20, 115-130, julho/dezembro 1996.
- COMO funciona o conversor de valores. Acervo Estadão, São Paulo, 9 de dez. 2011. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,como-funciona-o-conversor-de-valores,581,0.htm>. Acesso em maio de 2020.
- DIRETRIZES e bases da educação: dois vetos precisam cair. **O Arquidiocesano**, Mariana, 14 de janeiro de 1962, p.1.
- DOM Alexandre Gonçalves do Amaral. Arquidiocese de Uberaba, Uberaba. Disponível em: <https://www.arquidiocesedeuberaba.org.br/dom-alexandre>. Acesso em maio de 2020.
- FERREIRA, Jorge. 1946-1964: a experiência democrática no Brasil. **Revista Tempo**, Niterói, v. 14, n. 28, p. 11-18, junho 2010.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Humanitas series, 731 p.
- INSTITUTO CULTURAL FLÁVIO GUTIERREZ. **Museu do Oratório**. 2 ed. Belo Horizonte: ICFG, 2000, 200 p.
- LIBERDADE de ensino. **O Arquidiocesano**, Mariana, 6 de março de 1960, p.2.
- LIBERDADE de ensino. **O Arquidiocesano**, Mariana, 10 de abril de 1960, p.1.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.
- MAINWARING, Scott. A Igreja e a Política no Brasil (1916-1985). In: MAINWARING, Scott. **A Igreja e a Política no Brasil 1916 - 1985**. Tradução: Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004, 304 p.
- MARCHELLI, Paulo Sérgio. Da LDB 4.024/61 ao debate contemporâneo sobre as bases curriculares nacionais. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03 p. 1480 – 1511, out./dez. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 26. p. 49-57. (Mariana - MG).

MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tania Regina de. Introdução: pelos caminhos da imprensa no Brasil. In: MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018, 304 p.

OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa. **Religião e Mobilização Social na Arquidiocese de Mariana/MG**. 2005. 174 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Bye bye, Brasil – O declínio das religiões tradicionais no censo 2000. **Estudos Avançados**, São Paulo, v18, n. 52, set/dez. 2004.

ROMEIRO, Adriana. A construção de um mito - Antônio de Albuquerque e o levante emboaba. **Revista Tempo**, v. 15, n. 29, p. 167-188, jul/dez. 2010.

SCARFONI, Eduardo Norcia. A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na ótica dos dirigentes de estabelecimentos particulares de ensino. In: **Anais VII Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2013, Cuiabá.

SILVA, Fernanda Aparecida Oliveira; CARVALHO, Rosana Areal de. Defenderá ele os direitos de Deus e da comunidade cristã? Estudo exploratório sobre a escola na visão do jornal católico O Arquidiocesano (1959-1991). In: DÍAZ, José Maria Hernández. (Org.). **Prensa Pedagógica, Mujeres, Niños, sectores populares y otros fines educativos**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca & Aquilafuente, 2018, v. 01, p. 569-578.

SOUZA, Laura de Mello e. Nas redes do poder. In: SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 91-140.

SOUZA, Laura de Mello. **Discurso Histórico e Político da Sublevação que nas Minas houve no ano de 1720**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994, 193 p.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. A imprensa periódica como fonte para a história da educação: teoria e método. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v.12, n.48, p. 255-268, dez. 2012.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. Fontes para a história da educação no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, DF, v. 5, n.15, p. 369-374, set. 1945.

Contribuição dos autores

Autor 1: Pesquisa e redação

Autor 2: Pesquisa e redação

Enviado em: 09/julho/2020 | Aprovado em: 07/outubro/2020